

Decreto modifica a comissão para a Constituinte

O presidente Sarney assinou documento que amplia de 50 para 51 o número de integrantes

O presidente José Sarney divulgou ontem, no final da tarde, um decreto com cinco alterações na composição da Comissão de Estudos Constitucionais, que será instalada hoje, às 9h30min, no Ministério da Justiça. A principal mudança foi a inclusão do nome do sociólogo Gilberto Freyre, ampliando de 50 para 51 o número de membros da Comissão.

O decreto, assinado de última hora pelo Presidente, promove também duas substituições: os juristas Fábio Konder Comparato e Miguel Seabra Fagundes — que abriram mão de sua participação na comissão — deram lugar a Laerte Vieira (ex-líder do extinto MDB na Câmara) e Hélio Santos (presidente do Conselho, da Comunidade Negra de São Paulo), respectivamente.

O resultado dos trabalhos da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais será apresentado em forma de anteprojeto de Constituição, considerado desde já pelo presidente da Comissão, o jurista Afonso Arinos de Melo Franco, "o melhor de todos", dentre os demais de iniciativa de outros setores da sociedade.

— É claro que apresen-



taremos um anteprojeto de Constituição como resultado dos trabalhos da Comissão. Não teria sentido se não fosse assim — declarou ontem Arinos, ao desembarcar no aeroporto de Brasília. E o nosso projeto, o do Executivo, será evidentemente o melhor de todos, uma vez que estamos trabalhando com os maiores especialistas do País. Venceremos pela qualidade e pela honestidade. Estou esperançoso. Porque todos podem apresentar anteprojetos, a OAB, o Legislativo e nós, o Executivo, não?

Com a instalação prevista para 20 de agosto — segundo o Decreto 91.450 de 18 de julho — a Comissão somente hoje inicia seus trabalhos conforme admitiu ontem o próprio

ministro da Justiça, Fernando Lyra, "após um longo caminho percorrido". Na verdade a Comissão deu trabalho. Um dia após a divulgação da lista de 50 nomes, um dos membros indicados, o jurista Konder Comparato, recusou o convite sob a alegação de discordar dos princípios de constituição da Comissão.

Sua posição, assim como a divulgação de um nome errado na relação publicada pelo Diário Oficial, obrigou o presidente Sarney a assinar outro decreto, que substituiu Konder pelo ex-deputado Laerte Vieira. Ontem, um dia antes da instalação da Comissão, Lyra recebeu outra carta, desta vez do jurista Seabra Fagundes que, "por razões de saúde", também declinou da indicação. Para preencher sua vaga foi escolhido o presidente do Conselho da Comunidade Negra de São Paulo, Hélio Santos.

Hoje, após instalada a Comissão, onde discursará o presidente Sarney, o ministro Fernando Lyra e o jurista Afonso Arinos em cerimônia solene com a apresentação do Hino Nacional pelo Coral Madrigal, será realizada sua primeira reunião plenária.



Simpósio debaterá a nova legislação

Começa amanhã, no auditório Nereu Ramos, o simpósio sobre "Temas Constitucionais", promoção da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Os debates, abertos ao público mediante inscrição prévia hoje e amanhã, serão realizados às quartas-feiras, às 10h e 17h, e às quintas-feiras, às 10h, do dia quatro ao dia 26 de setembro.

O professor Célio Borja, assessor especial da Presidência da República, é o convidado para abrir os debates amanhã, com o tema "Filosofia de poder da Nova República Conciliação e Transição". A tarde, o senador Paulo Brossard, consultor-geral da República, fala sobre "Sistema de governo, presidencialismo e parlamentarismo". Na quinta-feira pela manhã, o professor Pinto Ferreira, da Universidade Federal de Pernambuco, fala sobre "Direitos Sociais e Direitos Fundamentais da Pessoa Humana".

— Não é feliz — disse João Gilberto — na questão da convocação da Constituinte, que haja uma posição rachada.

Para João Gilberto, integrante da comissão, aquele entendimento, que não está ocorrendo, deveria ser feito pelo Governo e pelos partidos. Em sua opinião, faltou ao Governo, antes de enviar a emenda convocando a Constituinte, articulação política para respaldar a proposta

o tema proposto para a próxima quarta-feira, dia 11, na parte da manhã. O expositor é Jones Santos Neves Filho, diretor da Confederação Nacional da Indústria. As 17h, o historiador Hélio Silva aborda o tema "Segurança Nacional — Definição Constitucional e medidas excepcionais para suspensão de direitos".

No dia 12, o professor Paulo Bonavides, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional fala sobre "O Congresso Nacional como Assembleia Constituinte".

Os debates serão retomados no dia 18, com palestra de professor Nelson Saldanha, da Universidade Federal de Pernambuco, sobre "Organização Nacional — Região Estado e Município. Funcionamento regionalizado de Poderes Constitucionais". As 17h, o presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, professor Sérgio Ferraz, aborda o tema "Iniciativa das Leis, Processo Legislativo. Organismo Especial para controle da Constitucionalidade".

No dia 19, o diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento do Rio de Janeiro, Rômulo Almei-

da, fala sobre "Ordem Econômica e Social. Intervenção do Estado no domínio econômico. Campos e modalidades de atuação".

"Moeda de Crédito — regulação constitucional das emissões da dívida pública" é o tema que abre os debates do dia 25, cujo expositor é Dércio Munhoz, professor da UnB. As 17h o professor de Direito Tributário da Universidade de São Paulo, Geraldo Ataliba, aborda o tema "Sistema Tributário — critérios constitucionais para criação, arrecadação e distribuição de tributos".

Os debates serão encerrados na quinta-feira, dia 26, com o professor Josaphat Marinho, presidente da Fundação Emílio Odebrecht, falando sobre "Poder Nacional; Exercício da Soberania; Divisão, composição e relacionamento dos poderes constitucionais".

DABATES COM O POVO
O objetivo principal deste seminário, segundo o deputado Aluizio Campos, presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, não é formular propostas para a Constituinte, mas levar ao público conhecimento

dos principais temas que serão discutidos para a formulação da Nova Carta. Ele considera polêmicos, por exemplo, as questões do presidencialismo e do parlamentarismo, da Segurança Nacional, da Estatização das empresas e Congresso Nacional como Constituinte.

Pessoalmente, Aluizio Campos é mais favorável ao sistema parlamentarista, mas acha que os partidos brasileiros ainda não estão organizados para sustentar esse tipo de governo. Ele é também pela descentralização dos poderes e pela instalação da assembléia constituinte com os deputados e senadores eleitos em 86.

"Mas tudo isso terá que ser debatido exaustivamente, e é por isso que estamos promovendo esse seminário. Tudo que for discutido e concluído nele será levado a um debate popular num outro seminário, provavelmente em abril ou maio do ano que vem, com representantes da igreja, dos sindicatos, das organizações populares e de todos os segmentos da sociedade interessados em opinar para que a nova Constituição seja a definitiva".

Arinos sugere três Vices

Ao comentar a instalação da comissão pré-Constituinte nesta terça-feira, em Brasília, o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, lembrou ontem que ouviu uma idéia do jurista Afonso Arinos — e que tratando-se de uma idéia, e como não foi pedido segredo, acha que pode ser debatida. Arinos disse que pretendia sugerir três vice-presidentes para a Nação: um para o Norte-Nordeste; um para o Centro e outro para o Sul.

Segundo Brizola, isso significaria "três vice-reis, um cacho de vice-presidentes. E por isso, encarar esse desafio de construir instituições para o nosso País, justamente aqueles mecanismos de que necessitamos, utilizar esses mecanismos me fazem acreditar cada vez menos na conveniência e na oportunidade dessa comissão".

Leonel Brizola disse que foi convidado para comparecer à instalação da comissão, porém iria telegrafar ao Presidente agradecendo o convite e explicando que não poderia ir. Segundo ele, até mesmo pela impossibilidade física, uma vez que às 13 horas vai receber o próprio Sar-

ney no Rio. E depois porque não se sente integrado no espírito do evento e ainda não está convencido sobre a conveniência dessa comissão.

Durante a entrevista, o governador Leonel Brizola também anunciou a liberação de aproximadamente Cr\$ 17 bilhões para a utilização no reequipamento e reformas em hospitais e postos de saúde no Estado. Segundo ele, durante despacho que manteve pela manhã com os secretários de Saúde e Planejamento, ficou acertado que seriam destinados Cr\$ 8.488 bilhões para o Hospital Getúlio Vargas e para o Instituto de Hematologia, Cr\$ 7.3 bilhões para reformar o Hospital Ferreira Machado, em Campos, que tem capacidade para 300 leitos e está desativado, e também mais Cr\$ 906 milhões para obras em postos de saúde em 11 municípios do Estado do Rio.

O governador mostrou-se extremamente preocupado com a situação da comercialização de sangue e dos riscos que o fato causa à população. Ele reiterou a preocupação do Estado e prometeu medidas de defesa.

Comissão deve ser consensual

O deputado João Gilberto (PMDB/RS) afirmou ontem que ainda há tempo para um entendimento em torno da convocação da Constituinte, entre o Governo, as organizações da sociedade civil e os partidos, que confira à comissão mista que examina a matéria a função de "redatora técnica do consenso". Se esse entendimento não for promovido, segundo o deputado, a comissão se encaminhará para conflitos internos, e seu parecer poderá ser contestado em plenário.